

Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA GERAL

Fis: N°	04
Proc: N°	1118/18

Barueri, 15 de junho de 2018.

PARECER JURÍDICO

051/2018



De: Procuradoria Geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Finanças e Orçamento, Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social.

Ref.: PROJETO DE LEI N° 043/2018.

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.

Dispõe sobre:

"INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL PARA GESTÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Consideração iniciais

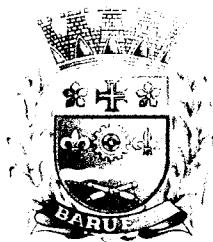
Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo que tem por fim instituir o fundo municipal para gestão da movimentação dos recursos do FUNDEB.

De modo geral, os fundos são mecanismos de descentralização do orçamento das entidades públicas, cabendo aos órgãos responsáveis pelos controles interno e externo e aos conselhos de acompanhamento e controle social, enquanto colegiado de representação da sociedade, a fiscalização dos gastos inerentes aos recursos por eles aplicados. Assim, os fundos constituem

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

18-JUN-2018 10:56 001801 1/2





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA GERAL

Fis: Nº	08
Proc: Nº	1118/118

forma de gestão autônoma de recursos públicos, sendo sempre vinculados a um órgão da Administração Pública.

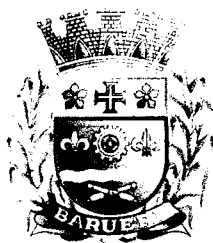
Tais mecanismos estão previstos na Constituição Federal que, em seu art. 167, inciso IX, determina que a criação de qualquer fundo deve ser precedida de autorização legislativa, federal, estadual ou municipal.

Da criação do fundo municipal

Ao tratar da educação, a Constituição de 88 dispõe, em seu art. 211, que os entes federativos “*organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino*”. Neste diapasão, o fundo municipal para gestão da movimentação dos recursos do Fundeb constitui instrumento de organização da educação.

“A propósito, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica”.
g.n. (<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>)





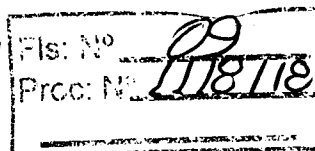
Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA GERAL

VI – matéria financeira



Portanto, tendo em vista que a propositura em análise dispõe sobre matéria financeira, em sentido amplo, uma vez que estabelece regras para gestão de recursos, o Prefeito atua estritamente dentro de sua esfera e competência legislativa.

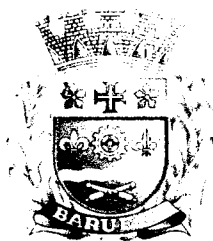
Sem olvidar, ademais, que a propositura atribui competências, especialmente à Secretaria de Educação, matéria que também compõe o rol de competências atribuído ao Chefe do Poder Executivo.

Considerações finais

Portanto, referido Projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 12, artigo 13, inciso I, alínea “d”, artigo 19, inciso III, alínea “h”, todos da LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigos 58, “caput”, artigo 60, inciso III, ambos da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno - RI), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo observar o processo legislativo a seguir:

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação** (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) **Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento** (artigo 50, § 2º, do RI);
- c) **Parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social** (artigo 50, § 4º, do RI);
- d) **Discussão única** (artigo 47, ‘caput’, da LOMB e artigo 173, § 2º, do RI);



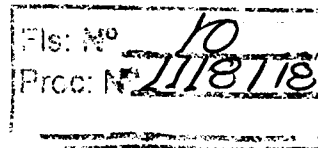


Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA GERAL



Portanto, o fundo de gestão consistirá em instrumento para administrar as receitas, especialmente aquelas provenientes do Fundeb, voltadas ao investimento da educação municipal.

Registra-se, por fim, que, como um dos objetivos é a valorização dos professores, o fundo de gestão obriga-se a destinar pelo menos 60% de seus recursos para pagamento dos profissionais do magistério, o que se encontra em conformidade com a lei federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB).

Da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo

Algumas matérias são reservadas ao Chefe do Poder Executivo, são aquelas matérias relativas ao funcionamento da administração pública, notadamente ao que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo, que somente podem ser tratadas e iniciadas pelo Prefeito.

Tais matérias, por tratar sobre limitação de instauração do processo legislativo, devem ser previstas expressamente e interpretadas de forma restritiva, não se admitindo ampliação.

A Lei Orgânica do Município, conforme sugere a limitação consistente na reserva de competência, expressamente define quais são as matérias de competência exclusiva, ou seja, que somente poderão ser iniciadas pelo Alcaide municipal. Tal previsão encontra-se no seu artigo 60, do qual interessa-nos seu inciso III, que contém o seguinte enunciado:

Art. 60. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

Fls: Nº

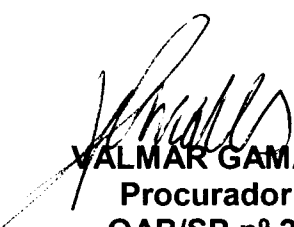
Proc: Nº

118/16

PROCURADORIA GERAL

- e) Quórum: maioria simples dos membros da CMB (artigo 51, da LOMB e artigo 184, §1º, do RI);
- f) Votação simbólica (artigo 189, inciso I, do RI).

S.M.J., este é o parecer e o entendimento desta Procuradoria Geral.


VALMAR GAMA ALVES
Procurador Geral
OAB/SP nº 247.531

